

AC. EM CÂMARA

(04) CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2019:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA – 1. INTRODUÇÃO**
 - A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”, vinculou estas entidades á obrigatoriedade de apresentação de “contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas” no n.º 1 do seu art.º 75 e englobando na esfera de consolidação, pelo n.º 3 do mesmo artigo, além da entidade consolidante, as entidades controladas, definindo controlo como “o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”. Impõe ainda o mesmo diploma, no art.º 76 e 77, que os documentos de prestação de contas consolidados sejam aprovados pelos órgãos executivos para posterior apreciação por parte órgãos deliberativos durante o mês de junho, assim como que o órgão deliberativo nomeie um auditor externo, Revisor Oficial de Contas, para emissão de parecer sobre os documentos aqui apresentados. **2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO** - Compõem o grupo autárquico do Município de Viana do Castelo a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, uma vez que o município não controla direta ou indiretamente nenhuma outra entidade. **3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO** - O método adotado na consolidação de contas do grupo autárquico do Município de Viana do Castelo é o de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas, eliminando os reflexos de operações recíprocas. **4. ANÁLISE PATRIMONIAL** - A alteração mais significativa verifica-se nos Resultados Extraordinários com um decréscimo face aos anos transatos, sendo o seu impacto nas contas globais absorvido pela melhoria dos Resultados Correntes, especialmente a nível Operacional, fruto de uma gestão rigorosa do Executivo da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Unidade: Euro

Descrição	2019	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	277.484.114,89	96,4%
Bens do Domínio Público	66.897.885,17	23,2%
Imobilizações Incorpóreas	751.070,67	0,3%
Imobilizações Corpóreas	183.221.720,88	63,6%
Investimentos Financeiros	26.613.438,17	9,2%
CIRCULANTE	10.402.908,47	3,6%
Existências	243.748,12	0,1%
Dívidas de Terceiros - Médio/Longo Prazo	1.006.309,75	0,3%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.222.728,05	1,8%
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%
Disponibilidades	3.930.122,55	1,4%
Acréscimos e Diferimentos	0,00	0,0%
TOTAL DO ATIVO	287.887.023,36	100%

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	168.923.619,03	58,7%
Património	67.509.685,67	23,5%
Proveitos suplementares	1.130.512,27	0,4%
Ajustamento partes de Capital	0,00	0,0%
Reservas de reavaliação	3.814.884,97	1,3%
Reservas	83.858.971,19	29,1%
Resultados Transitados	8.601.324,54	3,0%
Resultado Líquido do Exercício	4.008.240,39	1,4%
PASSIVO	118.963.404,33	41,3%
Provisões para riscos e encargos	305.633,96	0,1%
Dívidas a Terceiros - MLP	21.063.827,07	7,3%
Dívidas a Terceiros -Curto Prazo	11.288.792,34	3,9%
Acréscimos e Diferimentos	86.305.150,96	30,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	287.887.023,36	100%

Síntese da Demonstração de Resultados

Unidade: Euro

Descrição	2019	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	623.392,31	1%
Fornecimentos e Serviços Externos	20.204.112,76	29%
Custos com o Pessoal	23.104.961,48	33%
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5.073.644,71	7%
Amortizações do Exercício	9.661.141,34	14%
Provisões do Exercício	240.592,96	0%
Outros Custos Operacionais	14.142,33	0%
(A) Custos e Perdas Operacionais	58.921.987,89	
Custos e Perdas Financeiros	197.019,33	0%
(C) Custos e Perdas Correntes	59.119.007,22	
Custos e Perdas Extraordinários	7.125.061,15	10%
Resultado Líquido do Exercício	4.008.240,39	6%
Total dos Custos e Perdas	70.252.308,76	100%
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	15.393.759,87	22%
Impostos e Taxas	22.806.385,92	32%
Variação da Produção	0,00	0%
Trabalhos para a Própria Entidade	83.038,05	0%
Proveitos Suplementares	1.807.806,10	3%
Transferências e Subsídios Obtido	23.201.010,38	33%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	19.374,25	0%
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	63.311.374,57	
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.230.773,34	2%
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	64.542.147,91	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.710.160,85	8%
Total dos Proveitos e Ganhos	70.252.308,76	100%
Resultados Operacionais: (B) - (A)	4.389.386,68	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	1.033.754,01	
Resultados Correntes: (D) - (C)	5.423.140,69	
Resultados Extraordinários:	-1.414.900,30	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	4.008.240,39	

INDICADORES DE GESTÃO

Resultados Consolidados

Unidade: Euro

Resultados	2017	2018	2019
Resultados Operacionais	3.112.630,91	4.082.804,55	4.389.386,68
Resultados Financeiros	923.402,23	925.382,96	1.033.754,01
Resultados Correntes	4.036.033,14	5.008.187,51	5.423.140,69
Resultados Extraordinários	1.810.887,78	-637.576,19	-1.414.900,30
Resultado Líquido Exercício	5.846.920,92	4.370.611,32	4.008.240,39

Rácios Consolidados

	2017	2018	2019
Autonomia Financeira	58,37%	58,59%	58,68%
Cobertura do Imobilizado	106,32%	103,21%	103,21%
Solvabilidade	140,23%	141,50%	142,00%
Liquidez Geral	99,04%	64,20%	64,56%
Liquidez Reduzida	97,04%	62,60%	62,89%

Unidade: Euro

Resultados	2017	2018	2019
Resultados Operacionais	3.112.630,91	4.082.804,55	4.389.386,68
Resultados Financeiros	923.402,23	925.382,96	1.033.754,01
Resultados Correntes	4.036.033,14	5.008.187,51	5.423.140,69
Resultados Extraordinários	1.810.887,78	-637.576,19	-1.414.900,30
Resultado Líquido Exercício	5.846.920,92	4.370.611,32	4.008.240,39

MAPA FLUXOS CAIXA CONSOLIDADO

Unidade: Euro

Saldo da Gerência anterior	3.927.415,66	Despesas Orçamentais	86.642.445,32
Execução Orçamental	1.124.540,24	Correntes	52.022.798,57
Operações de Tesouraria	2.802.875,42	Capital	34.619.646,75
Receitas Orçamentais	86.359.793,71	Operações de Tesouraria	5.445.713,25
Correntes	67.395.718,07	Saldo para Gerência Seguinte	3.929.232,64
Capital	18.964.075,64	Execução Orçamental	841.888,63
Outras		Operações de Tesouraria	3.087.344,01
Operações de Tesouraria	5.730.181,84		
Total	96.017.391,21	Total	96.017.391,21

(a) José Maria Costa.”. O Presidente da Câmara disse ainda que as contas da Câmara Municipal tem sido objeto de várias ações de fiscalização por diversas entidades inspetivas e tutelares, das quais citou vários exemplos. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, a Consolidação das Contas do Município, tendo-se sido aprovadas por maioria com 6 votos a favor, 2 votos contra e uma abstenção. Mais foi deliberado submeter o referido documento a apreciação da Assembleia Municipal tudo de acordo com o disposto, no nº 2 do artigo 76º e artigo 75º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Foi ainda deliberado ainda, que o mencionado documento não ficasse transcrito na acta, pelo que, depois de assinado por

todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vitor Lemos, Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido e Ricardo Rego, os votos contra dos Vereadores Paula Veiga e Hermenegildo Costa e a abstenção da Vereadora Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD – Voto contra.** Ao analisar os dados constantes do relatório não podemos aprovar um balanço consolidado onde existem apenas demonstrações financeiras, mas não tivemos acesso, por exemplo, aos balanços ou relatórios de contas da Associação Viana Festas, nem da sociedade Viana Pólis, entidades participadas, direta ou indiretamente, pelo município de Viana do Castelo. Os motivos que nos levaram a votar contra o Relatório de Contas de 2019 subsistem, uma vez que sabemos que, efetivamente, a última auditoria da Inspeção Geral de Contas remonta a 2002 e a última auditoria do Tribunal de Contas data de 2003, referente ao ano de 2002, sendo que, desta forma, há cerca de 18 anos o município de Viana do Castelo não foi sujeito a qualquer ação inspetiva. Existe, de facto, a certificação das demonstrações financeiras, por revisor oficial de contas, por imperativo legal, mas sempre com reservas. (a) Paula Veiga; (a) Hermenegildo Costa.”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS -** Os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a Consolidação de Contas de 2019 face às informações dos Serviços Municipais e do parecer do Revisor Oficial de Contas. É de todos conhecido que as finanças municipais e serviços de recursos humanos são objeto de acompanhamento, monitorização e fiscalização sucessiva mensal, trimestral, semestral e anual de um conjunto de mapas, informações e inquéritos da Direção Geral das Autarquias Locais, Unidade de Implementação de Lei de Enquadramento orçamental, tribunal de Contas, CCDR Norte, Instituto Nacional de estatística, Inspeção Geral de Finanças, Revisor Oficial de Contas e toda a contratação pública é publicada no 2 Portal Base”. Por todas estas razões as dúvidas e insinuações permanentes dos eleitos do PSD na aprovação das contas, quer na Vereação quer no Espaço Público Comunicacional só demonstram o desconhecimento da organização das autarquias locais, a falta de ideias e de projetos políticos concretos para apresentarem aos Vianenses para o desenvolvimento de Viana do Castelo, não lhes restando mais, neste vazio de ideias, do que duvidar, suspeitar e insinuar. (a) José Maria Costa; (a) Vitor Lemos, (a) Luis Nobre, (a) Carlota Borges, (a) Ricardo Carvalhido, (a) Ricardo Rego”.

4 de Junho de 2020